

Sindicato Nacional do Ensino Superior

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2004

I – A INTERVENÇÃO ACTIVA DO SNESUP NO DOMÍNIO DA POLÍTICA EDUCATIVA, CIENTÍFICA E REIVINDICATIVO-PROFISSIONAL

Durante o ano de 2004, a Direcção do SNESup eleita e empossada no final do ano anterior na base do Programa que juntamos em anexo, desenvolveu uma intervenção firme e persistente em prol da defesa de um Ensino Superior e uma Investigação Científica de qualidade ao serviço do País, traduzida em múltiplas tomadas de posição difundidas junto do Governo e do Parlamento, da comunicação social, das instituições de ensino superior e dos docentes.

No domínio da política educativa destacamos a atenção com que foi seguido o processo de elaboração da Lei de Bases da Educação, cujo veto presidencial o nosso Sindicato saudou publicamente.

A Proposta de Lei de Autonomia do XV Governo Constitucional continuou a ser por nós criticada, sobretudo pela revogação que quis operar da Lei nº 1/2003 na parte relativa à composição dos conselhos científicos das instituições públicas, pela retirada de capacidade deliberativa aos conselhos científicos das instituições privadas pela colocação dos investigadores na dependência directa dos órgãos administrativos. Nem esta proposta de lei nem o *remake* praticamente idêntico feito pelo XVI Governo Constitucional, chegaram à fase final do processo legislativo, o que se considera positivo.

O SNESup esteve, no quadro do seu relacionamento com o movimento associativo estudantil que no ano de 2004 assentou basicamente numa boa relação com a Associação Académica de Coimbra (AAC), na mesa de uma das sessões do Congresso do Ensino Superior organizado em Coimbra pelo Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA).

No domínio da política científica o Sindicato emitiu várias tomadas de posição designadamente sobre o novo modelo de financiamento da investigação científica e sobre o Orçamento do Estado para 2005, e publicitou, quer os Encontros CTI, quer iniciativas da Associação de Bolseiros de Investigação Científica (ABIC) que, em

SEDE NACIONAL - LISBOA

Av. 5 de Outubro, 104 - 4.º - 1050-060 LISBOA
Tel.: 21 799 56 60 Fax: 21 799 56 61
Email: snesup@snesup.pt

SEDE REGIONAL - PORTO

Av. da Baavista, 1167, sala 5.1 - 4100-130 PORTO
Tel.: 22 543 05 42 Fax: 22 543 05 43
Email: snesup.porto@snesup.pt

SEDE REGIONAL - COIMBRA

Rua Casal dos Vagares, 12 - 3030-141 COIMBRA
Tel.: 23 978 19 20 Fax: 23 978 19 21
Email: snesup.coimbra@snesup.pt

ambos os casos, foram incluídas na Secção “Movimentos” do nosso site, para além de manifestos divulgados no âmbito europeu.

Pela primeira vez um Presidente da Direcção do SNESup, concretamente o colega Luís Moutinho, participou enquanto tal numa reunião internacional, designadamente o Encontro da *Initiative for Science in Europe*

No domínio da política reivindicativo-profissional é de registar a tentativa de intervenção nos processos negociais no âmbito da função pública, a intervenção efectiva e parcialmente bem sucedida no episódio dos concursos 2004 / 2005 no âmbito do Ministério da Educação, a tomada de posição sobre o calendário de negociação da eventual revisão dos Estatutos de Carreira, e o acompanhamento do processo legislativo relativo ao subsídio de desemprego.

No âmbito da função pública, e após um contacto sem continuidade com a FESAP (frente sindical da área da UGT) o SNESup acabou por, com vista à negociação geral anual do Orçamento de 2005, integrar uma frente de quatro sindicatos dinamizada pelo Sindicato de Quadros Técnicos do Estado (STE), também da área da UGT mas que não integra a FESAP. Subscrevemos as propostas salariais e incluímos no caderno reivindicativo comum pontos relativos aos contratos administrativos de provimento e à criação do subsídio de desemprego para a função pública. Interrompidas as negociações antes de terem começado por motivo da demissão do XVI Governo Constitucional, a frente deixou de reunir, situação que se mantinha à data da elaboração do presente Relatório de Actividades.

No âmbito dos concursos do Ministério da Educação fomos recebidos pelo Ministro da Educação do XV Governo Constitucional, que determinou alterações ao aviso de abertura, e acompanhámos posteriormente numerosos recursos hierárquicos bem sucedidos. Obtivemos do referido Ministro o compromisso de participação na revisão da legislação sobre concursos, que não foi honrado pelo XVI Governo Constitucional, ficando o tempo de serviço no ensino superior a contar para efeitos de concurso apenas se anterior a 31 de Agosto de 2003. À data em que encerramos o presente Relatório encontravam-se em curso iniciativas contra o aviso de abertura do concurso 2005/2006, que obriga ilegítimamente a concorrer em segunda prioridade numerosos colegas, que, prestando serviço no ensino superior, detêm a profissionalização nos ensinos básico e secundário.

O Sindicato tomou igualmente posição a propósito de declarações do Primeiro-ministro do XV Governo Constitucional que, em resposta a uma pergunta parlamentar, pareceu afirmar que o processo legislativo relativo à revisão dos Estatutos de Carreira Docente se desenrolaria praticamente sem negociação. Contactos posteriores com o Ministério da Ciência e do Ensino Superior permitiram garantir que a negociação não teria lugar em tempo de férias, aliás pouco tempo depois a formação do XVI Governo, embora com a mesma titular na pasta em apreço, e a convocação de antecipações antecipadas viriam a afastar a hipótese de aprovação de novos Estatutos durante a legislatura.

Em matéria de subsídio de desemprego o SNESup manteve o acompanhamento do processo legislativo parlamentar, que ficou praticamente bloqueado durante todo o ano, tendo-se decidido a avançar paralelamente com um pedido de negociação ao Governo, concretizado no quadro da frente de sindicatos a que já nos referimos.

As tentativas de envolvimento do conjunto dos associados e dos representados do SNESup nas tomadas de posição do Sindicato passaram

- pela publicação em Janeiro de um pré-aviso de greve coincidente com o da Frente Comum da função pública;
- pela marcação de uma Semana de Luta para Março.

Caindo em dia em que a maior parte das instituições se encontrava em suspensão de actividades lectivas e sendo pouco divulgado, o pré-aviso de greve teve reduzido impacto. Teve-o contudo o protesto do SNESup contra a insólita decisão da Direcção-Geral do Ensino Superior de pedir relações nominativas dos grevistas e o nosso requerimento de exame nos serviços da Direcção-Geral e da Secretaria-Geral da forma como havia sido conduzido o pedido de informação e o apuramento das respostas, elementos que nos foram disponibilizados. Ficámos sabendo que os números divulgados sobre as adesões às greves da função pública nunca incluem os estabelecimentos de ensino superior, quer por motivo da não marcação de faltas, quer por ser muito demorada a recolha de informação, mas pouco elucidados sobre a autoria do pedido feito às instituições. O Director-Geral que subscrevera a circular, e que se encontrava ausente por doença no dia da greve, foi tempos depois nomeado para outro lugar.

A marcação da Semana de Luta, coincidindo com uma iniciativa sindical a nível europeu e com o que se pensava ser uma nova jornada de greve na função pública, que não se veio a concretizar, visando de alguma forma fazer um contraponto a esta, foi feita com as palavras de ordem “Por um ensino superior de qualidade”, “Por uma cultura de mérito em função de objectivos racionais”, sugerindo-se que todos os colegas utilizassem esta semana, para preparar uma acção (em sala de aula ou fora dela) junto dos alunos e colegas, capaz de os envolver num problema estratégico nacional, que dissesse directamente respeito ao futuro das instituições de Ensino Superior em Portugal.

Tendo esta acção sido preparada sem o envolvimento do Conselho Nacional ou até dos delegados sindicais individualmente considerados, não foram recolhidos quaisquer elementos sobre o seu impacto efectivo, só tendo tido visibilidade externa as iniciativas da Secção Sindical de Ponta Delgada.

Nesta parte do relatório cabe falar por último das infra-estruturas criadas pela Direcção para apoiar as intervenções nos domínios citados – o Gabinete de Estudos e a nova parceria no domínio da comunicação e imagem.

O Gabinete de Estudos, cujo Regulamento, nos termos estatutários, deverá ser submetido ao Conselho Nacional, funcionou em regime de instalação, assente num

Protocolo com o CIES – Centro de Investigação e Estudos em Sociologia e estando cerca do final do ano a fazer sobretudo catalogação de recortes de imprensa recebidos no SNESup enquanto se mantinha algum atraso na recolha de informação estatística. A aprovação, em Dezembro, do lançamento do Encontro sobre a Aplicação dos Estatutos de Carreira permitiu redefinir prioridades.


No domínio da comunicação e imagem foi seleccionada a empresa Parceiros de Comunicação, conseguindo-se bons resultados no domínio da penetração na comunicação social e tendo-se explorado com algum sucesso a via da publicação de artigos e da concessão de entrevistas. Torna-se necessário aprofundar a reflexão sobre as mensagens que passam efectivamente para a opinião pública e sobre os veículos utilizados.

II – INFORMAÇÃO E DEBATE

No início do ano, em concretização de decisões tomadas ainda pelos anteriores órgãos nacionais, o SNESup realizou em Lisboa um Encontro sobre Avaliação Pedagógica, o mais concorrido de todo o movimento de Encontros iniciado em 1999, foi dirigido a grupos alvo – específicos, tais como os membros de Conselhos Directivos e Pedagógicos, com paralela realização de um levantamento sobre os inquéritos pedagógicos utilizados pelas instituições.

Publicados os materiais do Encontro nos nº 12 e seguintes da *Ensino Superior – Revista do SNESup*, continuou a verificar-se da parte de dirigentes sindicais, associados e representados não-associados interesse em dar continuidade a esta linha de trabalho, quer no domínio da formação pedagógica, quer no domínio do acompanhamento de processos que tenham lugar nas escolas, sem que contudo tenham sido concretizadas novas acções.

Num formato diferente foram lançados em Lisboa e Coimbra sessões de debate denominadas Encontros Quase Casuais, com resultados distintos. Na verdade, em Lisboa, salvo em dois casos que contaram um, com a presença de dirigentes do SNESup, noutro com uma mobilização especificamente feita junto de delegados sindicais, o dirigente responsável pela organização e os conferencistas defrontaram-se com a ausência sistemática de interessados. Em Coimbra o número de presenças foi muito significativo e os debates sempre acalorados. É de notar que em Coimbra se seguiu uma metodologia de trabalho mais activa: escolha de temas ligados à política educativa, estabelecimento de uma parceria com o NES – Núcleo de Estudantes de Sociologia, utilização de salas nas Faculdades, redacção do resumo dos debates na madrugada seguinte com vista à sua publicação no site do SNESup, apresentação dos Encontros como uma iniciativa comemorativa dos 15 anos do Sindicato, que foi recompensada em termos de adesões e de repercussão pública.

 Não se chegaram a realizar iniciativas públicas comemorativas do aniversário propriamente dito embora se tenham capitalizado algumas iniciativas externas para dar alguma visibilidade ao SNESup e ao décimo quinto aniversário. Uma delas foi a que decorreu durante o VIII Congresso luso-afor-brasileiro de ciências sociais e que se

passou pela organização de uma exposição sobre materiais didácticos. Denominada "Cinco séculos de ensino das primeiras letras: exposição de materiais didácticos", esta exposição, co-organizada pelo SNESup e pelo VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro sob coordenação e planeamento de Paulo Lopes, esteve patente durante os dias do Congresso.

O SNESup apoiou a realização de um Workshop sobre o Ensino da Engenharia Mecânica, que teve lugar no ISEL.

A Revista do SNESup cuja publicação estivera suspensa no 2º Semestre de 2003, retomou a sua publicação, embora com hiatos, tendo sido publicados (apenas) três números. A metodologia de organização de "dossiers centrais", levou a que os nºs 11, 12, e 13, fossem, respectivamente, dedicados a Investigação, Avaliação Pedagógica, e Bolonha.

Foi novamente lançada uma Agenda de Secretária – a Agenda 2005, também comemorativa do aniversário do SNESup, com um conjunto de referências a aspectos importantes da vida sindical e a programação de eventos científicos nacionais.

A newsletter electrónica, suspensa desde Outubro de 2003, foi redenominada "InfoSnesup" tendo-se reiniciado a sua publicação em Março de 2004, todavia veio a ser novamente suspensa em Maio do referido ano.

O site www.snesup.pt foi profundamente renovado em termos de estrutura e conteúdos, dentro da imagem de abertura que o SNESup pretende dar, registando-se em regra nos dias úteis mais de 1000 acessos / dia. Prosseguindo-se essa linha de abertura criaram-se links para páginas pessoais e blogues e está equacionada a adopção de novos mecanismos de interacção com os utilizadores. No final do ano encontrava-se já concluída uma nova aplicação que permitirá agilizar o processo de publicação de materiais.

III – APOIO JURÍDICO E INTERVENÇÃO NAS INSTITUIÇÕES

O SNESup está a fazer um grande esforço no domínio do apoio jurídico que se traduziu em 2004 nos seguintes números

- cerca de 400 respostas a pedidos de esclarecimento *on line*, assegurados, a título não remunerado, pelo membro da Direcção que coordenou o apoio jurídico;
- cerca de 400 consultas jurídicas presenciais;

- patrocínio de associados por advogados avançados pelo Sindicato em dezenas de processos.

Foram reajustadas durante o ano de 2004 as retribuições dos advogados de Lisboa e Porto e contratado um novo advogado para Coimbra.

Existe a necessidade de reforçar a coordenação desta equipa, e, em termos mais gerais, assegurar a coordenação entre política reivindicativa, apoio jurídico e intervenção nas instituições. Estas últimas, em número de quatro, abrangeram

- Escola Superior de Tecnologia e Gestão da Guarda, contra a não-renovação de contratos de colegas, envolvendo reuniões na escola, contactos institucionais com o MCES e larga difusão junto dos docentes do ensino superior e da comunicação social;
- Escola Náutica Infante Dom Henrique, contra o não cumprimento da legislação sobre gestão democrática e em defesa de associados nossos atingidos por processos disciplinares instaurados pelo Director politicamente nomeado
- Instituto Superior de Gestão, onde foi pedida a intervenção da Inspeção-geral do Trabalho nos casos de redução de remunerações sem o consentimento dos atingidos
- Universidade Portucalense contra os atrasos do pagamento de salários e despedimentos, tendo sido dado apoio à realização de uma greve.

IV – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Ao fazer-se a prestação de contas nesta área devem ser realçados dois grandes tipos de preocupações

- de ordem procedimental;
- de sustentabilidade das decisões com incidência financeira

No domínio *procedimental*, é de realçar o seguinte

Em matéria de *elaboração de orçamentos*, a Direcção assumiu no seu Programa o desejo de dar continuidade às boas práticas do mandato sindical anterior, no qual pela primeira vez se deu cumprimento ao disposto no Regulamento de Organização

Financeira, que prevê a elaboração anual de um orçamento do Sindicato, após discussão dos seus pressupostos em Conselho Nacional.

Por razões diversas não foi possível concretizar a elaboração do orçamento. Chegou-se a equacionar a elaboração de um Orçamento sem prévia discussão em Conselho Nacional, mas o projecto que redigido enfermava de diversas insuficiências, como sejam limitações na desagregação por centros de responsabilidade, ausência de *full-costing* quanto à Revista que, nos termos do seu Estatuto Editorial, goza de autonomia, e ausência de previsão para a publicação da Agenda 2005, insuficiências que não puderam ser ultrapassadas em tempo útil.

Em matéria de *controlo de receitas* mostrou-se ser necessário intensificar a verificação do cumprimento da obrigação de pagamento de quotas por parte dos associados, esclarecendo-se as suas razões, que em muitos casos têm a ver com o afastamento da actividade profissional, operando-se as necessárias comunicações de suspensão de direitos e deveres com incidência na despesa – cartão MEDIS, envio da revista e outras publicações. As limitações do sistema informático impedem ainda que este controlo seja tão sistemático como se desejaria. Em todo o caso foram tratadas dezenas de situações e criado um “Boletim de alterações” visado pela Direcção como documento de suporte às alterações introduzidas na situação perante o Sindicato, estando a ser equacionada a emissão de uma “Declaração em dívida” nos casos em que, mantendo-se em funções, o associado deixe de pagar a sua quota, declaração essa que funcionaria como aviso de débito ao faltoso e suporte do lançamento do correspondente crédito na contabilidade do Sindicato.

Passou a ser reforçado o controlo dos pagamentos por transferência bancária, pedindo-se também prova dos rendimentos auferidos na actividade profissional como docente ou investigador, única forma de verificar a adequação do montante da quota paga.

Em matéria de *realização de despesas*, onde tem continuado a praticar-se no dia a dia uma gestão prudente, mostra-se necessário reforçar a atenção à subida dos encargos permanentes e fazer cumprir de forma mais estrita os Estatutos e o Regulamento de Organização Financeira na parte em que exigem ou pressupõem a redução a escrito dos compromissos assumidos pelo Sindicato, a designação prévia, pela Direcção, de dois dos seus membros para outorgarem nesses contratos, bem como o arquivo no Sindicato de um exemplar de cada contrato.

Entendemos aliás que nos contratos mais sensíveis – assessores de comunicação e imagem, Revista – deverá ser incluída sistematicamente em cada novo contrato uma cláusula, permitindo a qualquer das partes a sua denúncia antecipada no início do novo mandato sindical, como já sucede com os advogados.

Em matéria de *fundos estatutários* reiteramos o que ficou dito no Relatório de 2003 sobre a conveniência de se criar na situação líquida uma terceira conta, para além das relativas ao fundo de reserva e ao fundo de greve e solidariedade, terceira conta essa que corresponderia ao capital operacional.

Completando as observações em matéria procedimental, parece conveniente equacionar um conjunto de medidas sobre administração financeira e patrimonial que passará por

- revisão do Regulamento de Organização Financeira;
- redacção de manuais de procedimentos;
- esforço de formação dos funcionários;
- melhor acompanhamento do trabalho do Gabinete de Contabilidade que apoia os serviços;
- contratação de um Revisor Oficial de Contas sob proposta da Comissão de Fiscalização e Disciplina

a concretizar, conforme os casos, pelo Conselho Nacional, pela Direcção e pela Comissão de Fiscalização e Disciplina.

No domínio da *sustentabilidade das decisões com incidência financeira* parece ser curial começar a trabalhar numa óptica de consideração dos efeitos permanentes das decisões e não numa óptica de cabimento num orçamento anual.

A esta luz, deve considerar-se preocupante a circunstância de, mais uma vez, se ter logrado um equilíbrio entre proveitos e custos apenas por se terem publicado apenas três números da Revista, com perda de duas edições.

A solução, segundo a reflexão feita na Direcção deveria passar pela criação de novas receitas em conexão com a valorização da condição de associado do SNESup, ou seja, seria de pôr termo a uma situação em que exceptuando os casos da consulta jurídica presencial, da representação forense e do cartão MEDIS, o não-associado usufrui dos benefícios da actividade do SNESup em pé de igualdade com o associado.

Nestes termos, entendeu-se que os não-associados deveriam contribuir para a Revista e para a Agenda, tendo sido equacionadas sucessivamente três soluções;

- pagando um preço ao Sindicato, passando este a liquidar e a entregar IVA, após inscrição para esse efeito nas Finanças, solução que não chegou a ser concretizada por não ter sido objecto de deliberação formal;
- criando uma sociedade unipessoal exclusivamente detida pelo SNESup, sem remuneração dos gerentes, e com sujeição a fiscalização pelo órgão de fiscalização do Sindicato, solução que também não foi concretizada, apesar de ter sido objecto de deliberação formal, por a irregularidade da publicação da Revista a ter acabado por desaconselhar;

- pedido aos não-associados que desejem continuar a receber a revista que paguem uma quota para o Sindicato à semelhança do que foi decidido e anunciado para os Bolseiros de Investigação Científica sem adquirirem a qualidade estatutária de associados, solução deliberada e concretizada já em Março de 2005.

Do mesmo modo foi suprimida já em 2005 a prestação de esclarecimentos jurídicos *on line* a não – associados, sendo estes convidados a inscreverem-se no Sindicato.

V – UMA OCORRÊNCIA QUE MERECE REFLEXÃO

Durante o ano de 2004 foi detectado que um dos membros da Direcção eleita em Dezembro do ano anterior não só tinha deixado há largo tempo de pagar a sua quota através do sistema de transferência bancária como, enquanto a pagava – desde a sua inscrição em 2000 – o fazia por uma quantia da ordem dos seiscentos escudos mensais (e, posteriormente, do seu equivalente em euros) , manifestamente muito inferior ao estatutariamente exigível, uma vez que se encontrava em pleno exercício de funções docentes e com remuneração, sucessivamente, como professor adjunto e como professor coordenador.

A situação não dera lugar a suspensão no ano anterior – com a consequente inibição de concorrer a cargos sindicais – porque, pelas razões descritas no Relatório e Contas de 2003, se tornou praticamente impossível decidir sistematicamente tais suspensões com base na informação remetida pelos Bancos, que não permite identificar a origem de parte das transferências. No entanto a insuficiência do montante de quota, no período em que chegou a ser paga, não foi detectada por uma razão estrutural mais grave, ou seja a circunstância de se aceitar inscrições com sócios e autorização de transferência bancária sem qualquer comprovação documental da qualidade de docente ou investigador ou da sua remuneração, o que, nesta última parte, se corrigiu já. Assinale-se que o associado em questão juntou ao seu processo de inscrição inicial, em que não indicou grau académico, uma autorização de transferência em que se inculcava como “professor doutor”, quando só passou a ter o grau de doutor três anos depois.

Declarada de imediato a suspensão da qualidade de associado foi possível obter deste informação, ainda que incompleta, sobre os rendimentos auferidos e liquidar a quantia devida, que foi paga. Pouco tempo depois a apresentação de uma Nota de Despesas com uma dormida e quatro refeições por conta da participação num Conselho Nacional – para o qual havia sido duas vezes eleito, com o seu único voto – realizada num Sábado à tarde suscitou novas dificuldades com o associado – e dirigente – que acabou por se desvincular voluntariamente do Sindicato.

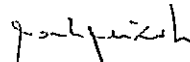
Foram logicamente retiradas consequências no plano da administração interna do Sindicato, mas haverá talvez que retirá-las também no próprio plano da formação dos órgãos electivos, razão pela qual entendemos fazer o relato da situação ocorrida num

documento que, como o presente Relatório e Contas, visa também suscitar a reflexão sobre a actuação futura.

Lisboa, 7 de Maio de 2005



O Presidente da Direcção


O Tesoureiro